

Carta aberta dos Reitores da UFMG e PUC Minas

A vida política e social no Brasil vem sofrendo, nos anos mais recentes, seguidos e cada vez mais preocupantes abalos. Tal cenário leva à sensação de que a corrupção se tornou sistêmica e profundamente enraizada na sociedade brasileira, gerando instabilidade e desesperança com relação ao futuro do país. Nem o reconhecimento das exceções, infelizmente tão poucas, dissipa a impressão de que a corrupção se estabeleceu como modo operativo prevalente, sobre o qual se tem a expectativa de obtenção não apenas de poderes político e econômico, mas também da impunidade.

Pouco mais de um ano depois do impedimento da ex-presidente da República - cujas razões e modo de processamento ainda dividem a sociedade -, o País se vê sobressaltado com novas e graves denúncias que envolvem diretamente o presidente da República e outros ocupantes de cargos políticos estratégicos no cenário nacional. Como inevitável decorrência, surgem incertezas de toda ordem sobre os rumos e cenários futuros da República, em termos dos desdobramentos que podem trazer os fatos que vieram à tona nesta quarta-feira, 17 de maio de 2017.

É nesse cenário, conturbado e dramático da vida nacional que manifestamos de público a defesa de uma rigorosa e rápida apuração de todas as denúncias, independentemente de nomes e cargos nelas citados, e que os Poderes constituídos, em sua missão de resguardar a democracia e a defesa intransigente do Estado de direito, garantam o pleno funcionamento das instituições democráticas, a liberdade dos movimentos sociais e de todas as instâncias de representação social.

A crença na democracia tem essencial significado: o de que, pela ética, correção e sentimento republicano, a sociedade buscará permanentemente a garantia do direito à justiça, liberdade e paz para todos. Se, por um lado, a dissonância e divergências de posicionamentos e perspectivas políticas são naturais na vida democrática, por outro, o respeito às leis e à defesa do estado de direito e a busca do bem comum e da justiça social devem colocar-se como princípios inarredáveis da vida pública.



Prof. Jaime Arturo Ramirez

Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais



Prof. Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Reitor da Pontifícia Universidade Católica de
Minas Gerais

